

## **IDENTIDADE E PERTENCIMENTO: O CASO DA ESCOLA DO CAMPO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES E AS CONTRADIÇÕES ACERCA DE SUA FIDEDIGNA IDENTIDADE CAMPESSINA**

**Jafé da Silva Cardoso<sup>1</sup>**

Universidade Estadual do sudoeste da Bahia- UESB  
Vitória da Conquista – Bahia – Brasil  
[jscardoso2010@bol.com.br](mailto:jscardoso2010@bol.com.br)

**João Nascimento de Souza<sup>2</sup>**

Universidade Estadual do sudoeste da Bahia- UESB  
Vitória da Conquista – Bahia – Brasil  
[souzajoaonascimento@hotmail.com](mailto:souzajoaonascimento@hotmail.com)

**Arlete Ramos dos Santos<sup>3</sup>**

Universidade Estadual de Santa cruz- UESC  
Ilhéus – Bahia – Brasil  
[arlerp@hotmail.com](mailto:arlerp@hotmail.com)

**RESUMO:** A escola do campo carrega consigo traços peculiares e inerentes ao ideário da luta do povo camponês que a diferencia, sobretudo, das concepções hegemônicas de escola, que, no Brasil, são elitistas e cidadinas. Com base na pressuposição que escola campestre e cidadina são antagônicas, este artigo contempla o resultado de uma pesquisa realizada na escola do campo Antônio Carlos Magalhães, no município de Medeiros Neto, que objetivou elucidar as contradições acerca de suas características campestres. Para tanto, utilizou-se como aporte teórico a Resolução CNE/CEB n.1; Resolução CNE/CEB n° 2/2008; o Decreto n°7.352/2010 bem como as concepções de CALDART (2012); LEITE (1999); MOLINA (2012), entre outros, buscando elucidar as características que alicerçam a educação do campo e determinam a identidade fidedigna de uma escola campestre. A metodologia foi de caráter qualitativo, cujos procedimentos se efetivaram através da pesquisa bibliográfica, a análise documental, complementada com o estudo de caso. A dialética, pautada nas concepções de KOSIK (2002), serviu como base para evidenciar as possíveis contradições oriundas da análise aqui pretendida, elencando o que distancia e/ou aproxima a escola destacada das características de uma escola do campo. Diante dos fatos evidenciados, os dados são preocupantes no que se refere às

<sup>1</sup>Mestrando em Educação pela (PPGED/UESB); Especialista em Gestão do trabalho Pedagógico – ênfase em: gestão, coordenação e supervisão escolar – FVC; Coordenador Pedagógico da Educação do Campo na Rede Municipal de Medeiros Neto; Integrante GEPEMDEC-UESB . Email: jafecardoso2013@gmail.com

<sup>2</sup>Mestrando em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Especialista em Antropologia – ênfase em: Cultura afro-brasileira – UESB; Professor de História nas Redes Municipal e Estadual de Itagibá; membro Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo (GEPEMDEC/CNPq).

<sup>3</sup>Doutora em Educação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UESC e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB; líder do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo (GEPEMDEC/CNPq).

características indenitárias de escola do campo da Unidade de Ensino Antônio Carlos Magalhães, haja vista que ficou evidenciado que, na atualidade, em muito ela se afasta da essência campestre, especialmente no que concerne ao público-alvo, identidade, sentimento de pertencimento dos alunos para com a escola e a comunidade e vice-versa.

**Palavras-chave:** Educação do Campo; Identidade; Pertencimento.

## Introdução

Os anais históricos da educação brasileira, apesar de sua gênese elitista e estratificada, não conseguiram suprimir de suas páginas a educação do campo e seu processo paulatino de firmação e reconhecimento. De maneira geral, em seu processo de firmação, a luta pela construção da identidade da educação campestre é, em sua essência, antagônica, posto que ela se deriva de lutas erigidas pelos movimentos sociais, que rompendo o processo marginal de luta galgou degraus significativos no que tange à firmação como política pública. De acordo com Santos (2014, p. 63):

A educação brasileira, em todos os níveis e modalidades, desde a colonização até a atualidade, teve um caráter dualista, privilegiando a classe dominante, e quando se refere ao campo brasileiro, isso não é diferente. Como histórico de um paradigma agrário de concentração de terra em grandes latifúndios, observa-se que até as primeiras décadas do século XX não havia preocupação por parte do Estado em escolarizar os povos do campo, com a justificativa de que a mão de obra do modelo agroexportador predominante nesse período, principalmente com a cultura cafeeira, não necessitava de escolarização para realizar seu trabalho.

Todavia, ao tratarmos do nascimento da educação campestre, é indubitável o retorno à gênese de formação de nosso país, uma vez que, mesmo nos primórdios de nossa sociedade, em que a mesma era, em sua maioria, rural, o descaso com a educação do campo já se impunha, mostrando total negligência do Estado ao não se importar com políticas voltadas para o campo, que, naquele recorte temporal, detinha um contingente maior de indivíduos.

Nos primeiros decênios do século XX é que essa contextualização excludente começa a mudar, tendo como prerrogativa o êxodo rural e a conseqüente favelização do meio urbano, a disseminação de doenças, o inchaço das cidades. Ao perceber o impacto do homem campestre na cidade e, por conseguinte, o esvaziamento do campo – que desencadeia também a escassez dos alimentos –, o Estado começou a pensar no homem do campo e na importância de sua firmação dentro de seu reduto de origem. Surgem dessa problemática a ideia de ruralismo pedagógico, que, segundo Prado (1995, p. 6), consistia:

[...] na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas. Estes encontram-se diluídos entre o que se pôde perceber como interesses de caráter econômico das classes e grupos de capitalistas rurais ou como interesses de grupos, principalmente políticos interessados na questão urbana.

Nota-se que a educação campesina nasce atrelada à subalternidade e ao modelo de educação importado, desprestigiando a realidade do campo e suas nuances. Numa melhor explanação a despeito dessa proposta, Bezerra Neto (2003, p. 11 e 15) assevera que:

O termo ruralismo pedagógico foi cunhado para definir uma proposta de educação do trabalhador rural que tinha como fundamento básico a ideia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia (...). Para essa fixação, os pedagogos ruralistas entendiam como sendo fundamental que se produzisse um currículo escolar que estivesse voltado para dar respostas às necessidades do homem do meio rural, visando atendê-lo naquilo que era parte integrante do seu dia a dia: o currículo escolar deveria estar voltado para o fornecimento de conhecimentos que pudessem ser utilizados na agricultura, na pecuária e em outras possíveis necessidades de seu cotidiano.

Nesse ínterim, a educação sozinha não possibilitaria a permanência do camponês no campo, com isso, ações afirmativas voltadas para a saúde, formação para o labor campestre foram incorporadas dando margem ao surgimento da Educação Rural, que expressa a visão do governo em relação ao povo do campo, possibilitando, de forma efêmera, a instituição precária do camponês que precisa ser protegido, tratado etc..Assim, sobre essa visão reducionista, Leite (1999, p. 33-34) nos afirma que a Extensão Rural, parte integrante das concepções da Educação Rural

[...] foi o combate à carência, à subnutrição e às doenças, bem como à ignorância e a outros fatores negativos dos grupos empobrecidos no Brasil, principalmente àqueles que integravam a sociedade rural, classificados como desprovidos de valores, de sistematização de trabalho ou mesmo de capacidade para tarefas socialmente significativas.

Amalgamada a todas essas questões, projetos variados foram implementados com vistas em atender à ascensão do capitalismo no campo brasileiro e sua ampliação ao panorama mundial. Com isso, as décadas de 40 e 50 se destacam como proliferadoras de projetos importados implantados no campo brasileiro, tais como: Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR); Aldeia Rural, Missões Reunidas de Educação de Jovens e Adultos, dentre outras. Entretanto, somente com a ascensão das teorias pós-críticas e

o diálogo com o Materialismo Histórico Dialético, a realidade campesina se impõe à pressão capitalista. Surgem neste período, de acordo com Santos (2014), movimentos de caráter popular como Educação de Base (MEB) com as escolas radiofônicas, o método Paulo Freire e diversos outros movimentos.

No que concerne às conquistas mais atuais é possível evidenciar o período que vai de 1988 a 2010, em que, claramente, temos conquistas importantes, com destaque para a Constituição Federal Brasileira de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Resolução CNE/CEB nº 1/2002, Resolução CNE/CEB nº 2/2008, que formalizam as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo e o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, destacando a Política Nacional de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), dentre outros também de relativa significância e abrangência.

Diante de todas as premissas elencadas, constata-se que o que justifica todo esse retrocesso educacional dos povos do campo é, de acordo Sousa *et al* (2011, p. 158), a prática “[...] urbanocêntrica e metropolitana que entendia ser necessário superar o nosso caráter rural, para que o País entrasse na modernidade [...] relegando-as ao abandono, ao esquecimento, ao silenciamento”. Ante ao exposto, compreender a educação para além do capital, como bem nos mostra Mészáros (2008), além da politicagem, compreendendo-a, como bem nos mostra Savani (2008, p. 317), “como instrumento de conscientização” e não de opressão, é fator primordial para que os estigmas e os estereótipos sejam superados.

### **Aspectos Metodológicos**

A metodologia expressa no presente artigo é de caráter qualitativo, que, segundo Minayo (2010, p. 21, 22):

Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas, pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilha com seus semelhantes.

Para sua concretização foram adotados os procedimentos metodológicos através da pesquisa bibliográfica e a análise documental, posto que, preliminarmente, buscou-se analisar

a bibliografia vigente e os documentos que respaldam na atualidade a educação do campo, documentos dos alunos da referida escola para verificação do local onde residem, filiação, além do Projeto Político Pedagógico (PPP) para verificação da contextualização histórica da comunidade na qual a escola está inserida e o perfil das famílias atendidas pela unidade de ensino. No que concerne à pesquisa bibliográfica, dialogou-se com as concepções de Gil (2002, p.41), uma vez que, segundo este pesquisador, a vantagem desse tipo de pesquisa

[...] reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço.

Em relação à análise documental, evidenciaram-se as concepções de Triviños (1987, p. 111):

[...] outro tipo de estudo descritivo que fornece ao investigador a possibilidade de reunir uma grande quantidade de informações sobre leis estaduais de educação, processos e condições escolares, planos de estudo, requisitos de ingresso, livros-textos etc.

A pesquisa foi complementada com estudo de caso que, de acordo com Yin (2001, p.32), “[...] é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Assim, o estudo aconteceu na cidade de Medeiros Neto, Extremo Sul da Bahia, tendo a escola do campo Antônio Carlos Magalhães como objeto de estudo, posto que, apesar de ser denominada como escola do campo, está situada numa comunidade rural que não apresenta identidade e características que tornam fidedigna sua nomenclatura como campesina. Objetivando analisar as características campesinas ou não da Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães, utilizou-se a dialética, que, segundo Kosik (2002, p.20-21),

[...] é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. Por isso, é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns. [...] A dialética não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos, mas destrói a sua pretensa independência [...] A dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente.

A dialética serviu como base para evidenciar as possíveis contradições oriundas da análise aqui pretendida, elencando o que distancia e/ou aproxima a escola destacada das características de uma escola do campo. Assim sendo, dentre os documentos analisados cita-se Resolução CNE/CEB n.1; Resolução CNE/CEB nº 2/2008; o decreto nº7.352/2010 buscando elucidar as características que alicerçam a educação do campo e determinam a identidade fidedigna de uma escola campesina.

### **Contextualização histórica da comunidade e da escola**

A Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães está localizada na Agrovila Perobinha, a menos de 1km do maior bairro da Cidade de Medeiros Neto, o bairro Uldurico Pinto. Essa comunidade foi fundada em 03 de março de 1976 com o apoio da Igreja Católica, que, para atender aos pequenos agricultores da cidade que não dispunham de recursos financeiros para comprar terras, loteou e doou pequenos lotes, que originou o que hoje se denomina Agrovila Perobinha.

Durante muitos anos o público-alvo da Escola Antônio Carlos Magalhães eram os filhos dos proprietários dos lotes doados. De maneira geral, a conquista da escola foi, em si, uma luta da comunidade para atender à demanda de alunos existentes em seu reduto. Ressalta-se que na época não existia o bairro Uldurico Pinto, o mesmo foi fundado quase 20 anos após a criação da comunidade Perobinha. Com a criação de loteamentos, a fundação dos bairros nas proximidades da comunidade e, a ampliação da cidade em si, ocorreu o esvaziamento da agrovila e, conseqüentemente, da escola, e a mudança drástica de seu público-alvo.

Ante essa contextualização, constata-se que, atualmente, a Escola Municipal Antônio Carlos Magalhães, apesar de ser uma unidade que se localiza dentro de uma pequena comunidade rural, abarca em sua organização famílias que são oriundas dos bairros Uldurico Pinto, Portelinha, Multirão, Populares e algumas fazendas próximas à cidade, ou seja, atende alunos que em seu cotidiano não vivenciam as características campesinas. Por atender famílias de localidades diferentes, a referida escola é constituída também de famílias de condições socioeconômicas díspares. Desta forma, a unidade escolar é composta por famílias que apresentam renda mensal de 1 salário-mínimo e a maioria sobrevive de pequenos bicos e do Bolsa Família. O Programa Bolsa Família (PBF) foi instituído pela Medida Provisória nº

132 em outubro de 2003 pelo Governo Federal, logo transformado em lei – Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (BRASIL. Lei nº 10.836, 2004).

A escolarização dos pais, em grande parte, é Fundamental II incompleto, e uma minoria Fundamental II; há alguns analfabetos. Essa realidade muito reflete em casos encontrados na escola de alunos repetentes e que mesmo em fase pré-adolescente ainda não conseguiram se alfabetizar, mesmo com os projetos de intervenção criados pelo município e pelo esforço coletivo de todos em alfabetizá-los. O que corrobora para este cenário desastroso é a falta de estrutura familiar em boa parte dos casos; em muitas delas, a provedora é a mãe; outros alunos são criados por avós ou outros parentes. Quando a questão é a relação família e escola percebe-se que há pouca interação entre ambas. E essa falta de interesse acontece principalmente por parte dos familiares, por fazerem parte de uma escola que não se preocupa em levar o sujeito a se sentir parte dela e, a distância da instituição, pois como já fora mencionado, a maioria mora nos bairros afastados das escolas.

### **Escola do campo *versus* escola citadina: o caso da Escola Antônio Carlos Magalhães e as contradições de sua identidade campesina**

Em resposta às prerrogativas evidenciadas, observa-se que ao longo do histórico da educação destinada aos povos camponeses, perpassamos por duas concepções de educação e, por conseguinte, de escola. Nessa dualidade temos de um lado uma escola denominada de Escola Rural, voltada para o mundo do trabalho, a instrumentalização do camponês com vistas em evitar o êxodo, de outro, a que nos propomos na atualidade, denominada de Escola do Campo, que, de acordo com Arroyo; Fernandes (1999, p. 47) “[...]é a que defende os interesses da agricultura camponesa, que construa conhecimentos, tecnologias na direção do desenvolvimento social e econômico dessa população”. Num paralelo entre as duas concepções supracitadas, Fernandes (2005 *apud* NUNES 2017, p. 31) assevera que:

[...] a Educação do Campo está contida nos princípios do paradigma da questão agrária, enquanto a Educação Rural está contida nos princípios do paradigma do capitalismo agrário. A Educação do Campo vem sendo construída pelos movimentos camponeses a partir do princípio da autonomia dos territórios materiais e imateriais. A Educação Rural vem sendo construída por diferentes instituições a partir dos princípios do paradigma do

capitalismo agrário, em que os camponeses são protagonistas do processo, mas subalternos aos interesses do capital.

Na atual conjuntura das discussões até aqui suscitadas é pertinente questionar: o que caracteriza uma escola como sendo uma escola do campo? São os sujeitos que a compõem? Os espaços geográficos que a circundam? As metodologias utilizadas? A identidade de seus professores? Em resposta a esses questionamentos as concepções de Caldart (2011, p.110) possibilitam uma reflexão importante, pois, para ela,

uma escola do campo não é, afinal, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito.

As concepções destacadas por Caldart afirmam que o único aspecto que diferencia a escola do campo das demais concepções de escolas é o ideário e o forte sentimento de pertencimento à terra, à história e ao trabalho, uma vez que a escola campesina fortalece o homem do campo em sua singularidade para responder à totalidade de homem. Em diálogo com o que está supracitado, o Decreto nº7.352/2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo, e o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária – Pronera, (BRASIL, 2010, p. 01) responde o que propôs os questionamentos iniciais:

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural;

e II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

§ 2º Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º.



Seguindo o excerto evidenciado, o inciso 2º deixa claro que independente do espaço geográfico, a escola do campo é aquela que atenda “predominantemente” à comunidade campesina, ou seja, que atenda em sua totalidade à população do campo. Ante ao exposto, depreende-se que escola do campo é aquela que atende em sua totalidade ao público campesino, que fortalece as lutas do povo em prol da afirmação de sua identidade, que está atrelada ao ideário de luta dos movimentos sociais, à bandeira e ao sentimento de pertencimento.

Voltando-nos para a realidade da cidade de Medeiros Neto, no Extremo Sul da Bahia, tendo como objeto a Escola Antônio Carlos Magalhães, constata-se, de acordo com os resultados dessa pesquisa, que apesar de estar situada num reduto rural, a referida unidade escolar não apresenta, na atualidade, características de escola do campo. Essa constatação se dá com base em três prerrogativas: público-alvo; organização social, identidade. Concernente ao público-alvo constata-se que a referida escola é composta essencialmente por moradores da cidade que em nada dialogam com as vivências campesinas. A tabela abaixo esclarece que a quantidade de alunos que reside no campo e que está matriculada nesta escola está muito aquém da quantidade de alunos que reside nos bairros periféricos do município de Medeiros Neto.

Tabela 1 –Quantitativo de alunos do campo e da cidade que estudam na escola

TURMAS	ALUNOS DO CAMPO	ALUNOS DA CIDADE
Turma do 1º ano	---	15
Turma do 2º ano	---	13
Turma do 3º ano	1	17
Turma do 4º ano	1	16
Turma do 5º ano	2	13
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>74</b>

Fonte: Pesquisa realizada pelo Autor

A tabela apresentada mostra a contradição existente, porque a escola pesquisada é cadastrada no senso escolar como escola do campo, ou seja, como sendo localizada no reduto

rural e abarcando moradores que residem e lidam no campo, porém, o quantitativo de indivíduos que a compõem mostra o contrário. Se analisarmos esta contradição com base no Decreto nº7.352/2010, ou mais precisamente em seu inciso 2º, estaremos confirmando que a Escola Antônio Carlos Magalhães atende quase que 96% alunos oriundos da cidade e não do campo, ou seja, o público que a compõe é predominantemente citadino e não campesino. Posto isso, as concepções destacadas coadunam-se à Resolução CNE/CEB n.1, de 3 de abril de 2002, que respaldam as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo em seu artigo 2º parágrafo único (BRASIL, 2002, p. 1):

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

Neste sentido, com base na dialética, é possível evidenciar que a Escola Antônio Carlos Magalhães tem mais características de escola periférica do que características campesinas. A referida escola está situada numa área rodeada por chácaras e pequenos sítios, porém, seu público-alvo está esparso pelos bairros mais afastados da comunidade na qual a escola se situa, como nos mostra a tabela abaixo:

Tabela 2 – Bairros onde os alunos residem

BAIRROS	QUANTIDADE E DE ALUNOS
PORTELINHA	20
ULDURICO	25
MULTIRÃO	15
POPULARES	14
PEROBINHA	1
FAZENDAS	3

## VIZINHAS

Fonte: Pesquisa realizada pelo Autor

Nota-se com base na tabela acima que apenas um discente reside dentro da comunidade Perobinha, local em que a escola está situada. A maioria dos discentes reside no Uldurico Pinto, hoje, o maior bairro da cidade de Medeiros Neto; os demais em seu entorno. O exposto acima permite analisar com base na legislação que para uma demarcação territorial é fator preponderante na caracterização de uma escola como sendo ou não do campo, como é o caso da Política de Educação do Campo e do PRONERA (Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010), já citada aqui anteriormente. Em detrimento a esse posicionamento, Molina e Sá (2012, p. 327) se opõem a essa constatação, afirmando que a demarcação de territorialidade não caracteriza uma escola como do campo ou não, pois, segundo os autores, essa definição “[...] se dá também pela identidade dos espaços de reprodução social, portanto, de vida e trabalho, dos sujeitos que acolhe em seus processos educativos, nos diferentes níveis de escolarização ofertados”.

Os excertos destacados destoam das características da Escola Antônio Carlos Magalhães, como já fora mencionado. Primeiro porque seu público-alvo não é predominantemente camponês, segundo, a maioria das famílias atendidas não reside no campo, tampouco trabalham, produzem e sobrevivem do/no campo, ou seja, não há sentimento de pertencimento, não há identidade. Ao tratar de identidade, destacam-se as concepções de Rios (2001, p.44): “A identidade é uma construção multirreferencial, definida por processos complexos de significação socialmente determinados. Portanto, não é uma positividade, não é um absoluto que se encerra em si mesmo, é uma relação”. Se a construção da identidade é uma relação, é notório que a comunidade que circunda a escola aqui analisada não mantém relação entre si, não existe reciprocidade comunicativa, tendo em vista que 99% das famílias pertencem ao meio urbano distante da comunidade e, concomitantemente, da escola, sendo este fator mais um ponto contrário na conceituação da escola como sendo do campo.

Observando os documentos referentes aos funcionários, foi possível elencar os seguintes dados:

Tabela 3 – Localidade onde residem os funcionários

SERVIDORES	RESIDE NO CAMPO	RESIDE DA CIDADE
------------	-----------------	------------------

PROFESSORES	--	6
DIRETORA	--	1
VIGILANTE	---	1
MERENDEIRA	--	1
SERVENTE	1	--
COORDENADOR	--	1
TOTAL	1	10

Fonte: Pesquisa realizada pelo Autor

A Escola Antônio Carlos Magalhães possui 11 servidores. Com base na pesquisa, percebe-se que apenas um deles reside na comunidade na qual a mesma está situada, os demais são todos moradores do Centro da cidade ou do bairro Uldulrico. Os dados apresentados demonstram, mais uma vez, a contradição existente no que se refere à identidade campesina da Antônio Carlos Magalhães. Neste sentido, constata-se que a falta de vínculo dos funcionários para com a comunidade também é um fator preponderante na falta de características campesinas da escola, posto que se não há vínculo, vivências, conseqüentemente as práticas não dialogam com a realidade da comunidade nem com seus saberes, ou seja, a falta de vínculo, pertencimento, acarreta na disseminação daquilo que vivenciam, como a maioria dos profissionais tem contato apenas 4 ou 8 horas diárias com a comunidade, o que é propagado dentro da escola são as vivências da cidade, os saberes citadinos, o que impede que as raízes campesinas sejam efetivadas.

Em relação à organização social, nota-se que em seu processo de criação a escola ACM tinha um movimento social que objetivava o fortalecimento de uma comunidade que estava sendo construída; a escola serviu durante muitos anos para fortalecer a identidade daqueles indivíduos. Todavia, com o desenvolvimento da cidade e a ampliação de seus bairros, o processo de êxodo rural ocorrido pelo avanço do capitalismo fadou a comunidade Perobinha a perder suas características organizativas, o que refletiu diretamente no ideário da escola, que, atualmente, já não representa essencialmente uma escola do campo, como está preconizado na legislação.

Assim, entende-se que o principal desafio enfrentado pela Escola Antônio Carlos Magalhães no que concerne à sua firmação como educação campesina diz respeito à luta coletiva, mobilização da própria comunidade, caso contrário, continuaremos disseminando a

educação elitista e ignorando a educação campestre em detrimento dos estigmas ainda enraizados da educação rural, capitalista, que teima em impelir no ideário de lutas dos povos do campo a concepção de vida e educação cidadina.

### Considerações Finais

A escola do campo tem características peculiares que, de uma forma ou de outra, a difere das escolas citadinas. Seu papel está muito além da mera transmissão de conhecimentos, pelo contrário, firma-se nas questões indenitárias, na formação do sujeito que vive da terra e dela retira seu sustento, nela se forma e se forja cidadão consciente de seu lugar no espaço.

Impossível pensar em escola do campo sem que a comunidade esteja amalgamada, sem evidenciar as peculiaridades de um movimento social que a alicerça. A pesquisa demonstrou que a comunidade Perobinha se perdeu ao longo dos anos, se acomodou após o processo de criação da comunidade, prova disso foi o êxodo que levou ao esvaziamento da comunidade e da escola, que no ano de 2018 tem apenas um aluno morando na comunidade e estudando na escola.

Na atual conjuntura, as especificidades da escola do campo precisam ser salvaguardadas, posto que a mesma não dialoga com as nuances hegemônicas de escola, ou seja, não está e nem deve estar atrelada às concepções elitistas. Diante disso, é necessário um olhar antagônico para a educação do campo, para que não se retroceda após todas as lutas travadas para sua firmação e valorização.

Diante dos fatos evidenciados nessa pesquisa, os dados são preocupantes no que se refere às características indenitárias de Escola do Campo da Unidade de Ensino Antônio Carlos Magalhães, haja vista que ficou demonstrado que, hoje, em muito ela se distancia da essência campestre, especialmente no que concerne ao público-alvo, identidade, sentimento de pertencimento dos alunos para com a escola e a comunidade e vice-versa.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos na educação rural no Brasil**. 2003. 221 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação – Campinas, 2003.

BRASIL. (2001). Parecer CNE/CEB nº 36/2001, de 4 de dezembro de 2001. **Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília, MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf> . Acesso em: 26 abril de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004. Institui a Renda Básica de Cidadania e dá outras providências. Disponível em: Acesso em: 27 abril. 2018.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: **Por uma educação do campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do campo. **III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. Luziânia, Goiás, 2012. Disponível em Acesso em 19 de mar. de 2017.

ILVA JUNIOR, A. F; BORGES NETTO, M. Por uma educação no campo: percursos históricos e possibilidades. **Entrelaçando - Revista Eletrônica de Culturas e Educação**. N. 3, 2011, p. 45 – 60.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Tradução: Célia Neves e Alderico Toríbio.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

MOLINA, Mônica Castagha; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete. et. alii. **Dicionário da educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. **Ser e não ser da roça, eis a questão!** Identidades e discursos na escola. Salvador: Edufba, 2011.

SANTOS, Arlete Ramos dos. **Ocupar, resistir e produzir, também no campo! O MST e a burocracia estatal:** negação e consenso. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SILVA, Antônia Almeida; CAVALCANTE, Ludimila Oliveira H; UZEDA, LeomárciaCaffe de Oliveira. Crianças do campo e políticas de educação infantil em Feira de Santana: desafios municipais para efetivação das interfaces. IN NUNES, Cláudio Pinto. **Políticas educacionais e Programas de governo: aproximações e contradições.** Vitória da Conquista: Edições UESB, 2017.p. 7-216.